

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO XXX JUIZADO  
ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A  
MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX-UF**

**Autos n.º**

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos auto do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 403, §3º do Código Processo Penal, pela Defensoria Pública do Distrito Federal, apresentar alegações finais em

<b>MEMORIAS</b>
-----------------

nos termos que passa a expor

Segundo o fato narrado na denúncia (fls. 02/02A), cuja leitura remetemos, DATA, HORÁRIO, ENDEREÇO, XXXXX-UF, o réu, de forma voluntária e consciente, teria ofendido a integridade física de sua enteada FULANA DE TAL, causando-lhe as lesões corporais descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito anexo, bem como, por palavras, a teria ameaçado de causar mal injusto e grave.

Em síntese, diz a denúncia ainda que o réu teria se munido de uma faca e proferido as seguintes palavras: “tá me desafiando, cadeia foi feita pra homem”. Em seguida, quando a vítima se dirigia para o seu quarto, o réu a teria segurado pelo braço e lhe desferido um soco no rosto.

O Laudo de Exame de Corpo de Delito da vítima MAITÊ foi juntado às fls. 95/vº.

A denúncia foi recebida em DATA (fl. 97). O réu foi citado (fl. 113) e apresentou resposta à acusação à fl. 115.

Na audiência de instrução e julgamento foram ouvidos a vítima (fl. 143), a informante FULANA DE TAL (fl. 144) e o réu foi interrogado (fl. 145).

Em alegações finais, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva (fl. 141).

Em que pese o entendimento do “Parquet”, a pretensão acusatória não pode ser acolhida.

Quanto ao delito de **lesão corporal**, a vítima disse perante a autoridade policial (fl. 15) que o réu pulou o muro de sua casa e arrombou a porta com chutes. Além disso, afirmou que enquanto ia para o seu quarto, o réu a segurou pelo braço e a acertou com um soco no rosto. **Convenientemente, a vítima não disse que arremessou um secador de cabelos contra FULANO DE TAL.**

Em Juízo, a vítima narrou a mesma versão: afirmou que FULANO DE TAL foi buscar a mochila dos meninos (filhos dele). Disse que o réu acabou acertando seu rosto com um soco. **Novamente, não contou que acertou o réu com uma “chapinha”.**

A informante FULANA DE TAL, ao seu tempo, narrou que FULANA DE TAL acertou o réu com uma “chapinha de cabelo”, fato que, como já apontamos, foi omitido pela vítima em todas as vezes em que foi ouvida. Confirmou, porém, que o réu acertou sua filha com um soco. Não soube informar, no entanto, quem acertou o primeiro golpe, o réu ou a vítima.

O réu, ao seu tempo, disse que apenas agrediu a vítima para se defender. Contou que FULANA DE TAL pegou uma “chapinha” para

arremessar contra ele e que realmente desferiu um soco para se defender. Negou que tenha se utilizado de uma faca para ameaçar a vítima.

Com efeito, a reação do réu foi imediata à agressão recebida. No calor dos acontecimentos não é possível separar a agressão da reação. Ambas aconteceram no mesmo contexto fático, motivo pelo qual deve a legítima defesa ser reconhecida.

No ponto, é de se ressaltar que não restou esclarecido quem proferiu a primeira agressão. A vítima sequer narrou que agrediu o réu. FULANA DE TAL narrou agressões recíprocas. O réu disse que deu um soco na vítima para se defender. Assim, a verdade é que a dinâmica dos fatos não restou devidamente esclarecida e havendo uma dúvida razoável sobre a legítima defesa, deve esta ser reconhecida a favor do réu, tal qual dispõe o inciso VI do artigo 386 do CPP após a reforma introduzida pela Lei 11.690/08. Confira-se:

Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VI - existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena ([arts. 20, 21, 22, 23, 26](#) e [§ 1º do art. 28, todos do Código Penal](#)), **ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência**; ([Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008](#)) [grifei]

Quanto ao **delito de ameaça**, aqui também não foram proferidas provas suficientes para a condenação penal.

**Inicialmente, é importante esclarecer que a denúncia afirma que o delito de ameaça foi praticado por meio de palavras** (fl. 02), vale dizer, não é imputado ao réu qualquer outra conduta ameaçadora além das palavras descritas na própria denúncia. A condenação, nessa quadra, apenas pelo porte de uma faca significará evidente afronta ao princípio da correlação entre acusação e sentença.

É assim que a vítima, em Juízo, limitou-se a dizer que o réu se apoderou de uma faca na cozinha. Não disse, porém, como o réu a

teria utilizado para ameaçá-la. Também não disse por quais palavras fora ameaçada.

FULANA DE TAL também disse que o réu estava com uma faca. Não se recordou, no entanto, quais palavras teriam sido proferidas.

Assim, a verdade é que a dinâmica da suposta ameaça não restou esclarecida. Não é possível saber para quem a faca foi apontada e quais palavras teriam sido proferidas. Dessa forma, a afirmação da vítima de que se sentiu ameaçada é demais genérica, não se podendo precisar o quê a intimidou, se a conduta do réu ou o próprio conflito familiar.

Além disso, nos parece pacífico que os ânimos de todos os presentes estavam demasiadamente exaltados. Ao que tudo indica, a conduta de pegar uma faca derivou de um descontrole emocional produzido em um contexto de discussão familiar. Não houve, assim, qualquer seriedade na conduta do réu.

Com efeito, não há que se falar em ameaça quando as condutas praticadas derivam de descontrole emocional. Nesse sentido:

PENAL. AMEAÇA VAGA PROFERIDA DURANTE DISCUSSÃO ACALORADA. SUPOSTA TRAIÇÃO DA ESPOSA. ÂNIMO IRREFLETIDO DO AGENTE. AUSÊNCIA DE INTIMIDAÇÃO DA MULHER. PERDÃO RECÍPROCO E RECONCILIAÇÃO DO CASAL. DOLO NÃO CONFIGURADO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. SENTENÇA REFORMADA.

1 Réu condenado por infringir o artigo 147 do Código Penal, por haver ameaçado a mulher por e-mail, depois de receber telefonema da mulher do patrão dela, confirmando a suspeita de traição conjugal.

**2 Ameaça vaga proferida durante discussão acalorada, embora possa configurar o crime de ameaça, muitas vezes decorre de descontrole emocional momentâneo, não se mostrando idônea para intimidar efetivamente. O crime acontece apenas quando o contexto da discussão revelar seriedade e plausibilidade da ameaça, diante da probabilidade concreta de sua realização, deixando a vítima**

**desassossegada. Se o casal esclarece ter superado a crise conjugal e passado a viver em harmonia, sem novas agressões ou ameaças, o dolo não se configura.**

3 Apelação provida para absolver o réu com base no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

(Acórdão n.685005, 20120110381265APR, Relator: GEORGE LOPES LEITE 1ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 13/06/2013, Publicado no DJE: 20/06/2013. Pág.: 121) [grifei]

Assim, ausentes provas seguras, deve o réu ser absolvido.

Com efeito, em boa hora a lição de JÚLIO FABBRINI MIRABETE:

"O juiz, firmando sua convicção de acordo com a livre apreciação da prova (art. 157), deve julgar improcedente a ação, absolvendo o acusado, quando ocorre uma das hipóteses mencionadas no dispositivo. A primeira delas é estar provada a inexistência do fato. Também tem lugar absolvição quando o juiz reconhece 'não haver prova da existência do fato'. Nessa hipótese, embora com indícios da ocorrência do ilícito se tenha instaurado a ação penal, não ficou comprovada cumprimamente sua materialidade". (Comentários ao art. 386 e incisos do CPP).

Embora não se desconheça que o depoimento da vítima possui valoração especial nos crimes referentes à violência doméstica, é incontestado a necessidade de um suporte probatório mínimo a corroborar sua versão para que não se distancie da Justiça. Nesse sentido, oportuna a colação do seguinte julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, in verbis:

"PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA E DESOBEDIÊNCIA. EX-CÔNJUGE. AUSÊNCIA DE PROVAS. VERSÃO ISOLADA DA VÍTIMA. ABSOLVIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Cedico que a palavra da vítima, em delitos relacionados ao contexto de violência doméstica e familiar, goza de especial relevância, porém, desde que acompanhada, ainda que minimamente, por outros elementos de prova. 2. **Se a versão da vítima não vem robustecida sequer de indícios que lhe confirmam lastro seguro para embasar um decreto condenatório, vicejando solitária no processo, é de**

**ser mantida a sentença que absolveu o acusado.** 3. Recurso conhecido e desprovido. (20080710011964APR, Relator JESUÍNO RISSATO, 1ª Turma Criminal, julgado em 09/09/2010, DJ 21/09/2010 p. 233).” (grifo nosso)

Sabe-se que a condenação criminal, em atenção ao princípio da não culpabilidade ou do estado de inocência, pressupõe a existência de um conjunto de provas incontestes acerca da materialidade e autoria delitivas, o que, definitivamente, não se logrou coligir nos presentes autos.

Ante o exposto, a Defesa requer a absolvição do réu quanto ao delito de lesão corporal com fulcro no artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal. Quanto ao delito de ameaça, requer-se a absolvição, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP.

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**DEFENSOR PÚBLICO**